

**O Desenvolvimento como liberdade e o decrescimento sereno:** um breve esboço das ideias de Amartya Sen e de Serge Latouche nas dimensões dos Direitos humanos

**Fernanda de Carvalho Lage<sup>1</sup>**

**Daisy Rafaela da Silva, orientadora<sup>2</sup>**

## **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo fazer um breve esboço acerca das críticas sobre o desenvolvimento como liberdade, da condição de agente, do decrescimento sereno, das liberdades, igualdade de oportunidades, na dimensão dos Direitos Humanos. A metodologia empregada foi a revisão doutrinária das obras de Amartya Sen, Serge Latouche, Zygmunt Bauman, e autores com os quais eles dialogam.

**Palavras-chave:** desenvolvimento; democracia; liberdade; decrescimento sereno.

## **Abstract**

This article aims to give a brief about the foreshortening criticism of development as freedom, about agent condition, the serene degrowth, freedoms, equality opportunities, all in the human rights dimension. The methodology used was the doctrinal review of the works of Amartya Sen, Serge Latouche, Zygmunt Bauman, and authors with whom they converse.

**Keywords:** development; democracy; freedom; Serene degrowth.

## **1 O Viveiro das incertezas**

Para Bauman (2007) o mundo vive hoje a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”, em outras palavras, para uma condição em que as organizações sociais<sup>3</sup> não podem mais manter sua forma por muito tempo, pois se desfazem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para criá-las e estabelecê-las.

O Estado moderno, antes, possuía grande parte do poder de agir efetivamente, todavia, tal poder agora se afasta na direção de um espaço global politicamente

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direitos sociais, culturais e econômicos no Centro Unisal – U.E. Lorena-SP

<sup>2</sup> Doutora em Direito do Consumidor pela UNIMES, SP.

<sup>3</sup> Bauman (2007) entende as organizações sociais como estruturas que restringem as escolhas individuais, instituições que garantem a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável.

descontrolado. Isso ocorre pois a política ainda é incapaz de operar efetivamente na dimensão global, extraterritorial, permanecendo local (BAUMAN, 2007).

Nesse sentido:

A ausência de controle político transforma os poderes recém-emancipados numa fonte de profunda e, em princípio, incontrolável incerteza, enquanto a falta de poder torna as instituições políticas existentes, assim como suas iniciativas e seus empreendimentos, cada vez menos relevantes para os problemas existenciais dos cidadãos dos Estados-nações e, por essa razão, atraem cada vez menos a atenção destes (BAUMAN, 2007, p. 08).

Assim, os Estados vão transferindo, “subsidiando” e “terceirizando” o exercício de um volume cada vez maior de funções que desempenhavam antes. Tais funções deixadas pelo Estado se tornam, na visão de Bauman, se tornariam “um “playground” para as forças do mercado, notoriamente volúveis e inerentemente imprevisíveis, e/ou são deixadas para a iniciativa privada e aos cuidados dos indivíduos” (2007, p. 08).

Esse fenômeno enfraquece os alicerces da solidariedade social, os “laços inter-humanos se tornam cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários” (BAUMAN, 2007, p. 08-09). A sociedade passa a ser vista como uma “rede” e não como uma “estrutura”, ela é vista como “uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis” (BAUMAN, 2007, p. 09).

Nos dias atuais a falta de justiça está bloqueando o caminho para a paz, assim como o fazia há dois mil anos. Agora, “a “justiça” é, diferentemente dos tempos antigos, uma questão planetária, medida e avaliada por comparações planetárias – e isso por duas razões.” (BAUMAN, 2007, p. 11). Bauman explica que a primeira razão é que as injustiças a partir das quais se formam os modelos de justiça não são mais limitadas à vizinhança imediata, pois tudo o que acontece, ainda que em lugares longínquos, chega por meio da informação até cada um de nós.

Nesse sentido:

A miséria humana de lugares distantes e estilos de vida longínquos, são apresentadas por imagens eletrônicas e trazidas para casa de modo tão nítido e pungente, vergonhoso ou humilhante como o sofrimento ou a prodigalidade ostensiva dos seres humanos próximos de casa, durante seus passeios pelas ruas das cidades (BAUMAN, 2007, p. 11).

E a segunda razão apresentada por Bauman (2007) para fundamentar o motivo pelo qual a justiça atual é diferente daquela dos tempos antigos é a de que, com a

globalização, em um planeta aberto à livre circulação de capital e mercadorias, o que acontece em um determinado lugar tem uma influência sobre o modo de viver das pessoas de todos os outros lugares. O “bem-estar de um lugar, qualquer que seja, nunca é inocente em relação à miséria de outro” (BAUMAN, 2007, p. 12).

Tem-se, portanto, que “as pressões voltadas à perfuração e à quebra de fronteiras, comumente chamadas de “globalização”, fizeram seu trabalho; com poucas exceções que estão desaparecendo rapidamente” (BAUMAN, 2007, p. 12). Desse modo, atualmente todas as sociedades são verdadeiramente abertas<sup>4</sup>, e de forma completa, seja material ou intelectualmente (BAUMAN, 2007).

Junte os dois tipos de “abertura” – a intelectual e a material – e verá por que toda injúria, privação relativa ou indolência planejada em qualquer lugar é coroada pelo insulto da injustiça: o sentimento de que o mal foi feito, um mal que exige ser reparado, mas que, em primeiro lugar, obriga as vítimas a vingarem seus infortúnios (BAUMAN, 2007, p. 12).

A grande abertura da sociedade imposta pela globalização negativa para Bauman é a causa indireta do conflito e da violência, e a causa principal da injustiça.

## 20 desenvolvimento como liberdade e a condição de agente

O objetivo principal de Amartya Sen não é puramente analisar o conceito de liberdade, mas sim, seus efeitos e suas implicações em relação ao desenvolvimento. Amartya Sen se inspira em economistas clássicos como Adam Smith (2000), o qual defendia o crescimento através da acumulação de capital, aumento da oferta de mão de obra e dos salários juntamente com o livre mercado internacional.

Uma das bases teóricas de Sen é a obra de Adam Smith, “The Wealth of Nations” [título resumido da obra “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”], publicada pela primeira vez em Londres, em 1776, mesmo ano em que os americanos se declararam cidadãos livres e independentes, com direito natural à vida, liberdade e à

---

<sup>4</sup>Importante aprofundar na lição de Zygmunt Bauman, o qual afirma que “o atributo da “abertura”, antes um produto precioso, ainda que frágil, da corajosa mas estafante **auto-afirmação**, é associado, hoje, principalmente a um **destino** irresistível -, aos efeitos não-planejados e imprevistos da “globalização negativa” -, ou seja, uma globalização seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da violência e das armas, do crime e do terrorismo; todos unânimes em seu desdém pelo princípio da soberania territorial e em sua falta de respeito a qualquer fronteira entre Estados. Uma sociedade “aberta” é uma sociedade exposta aos golpes do “destino”. Se a ideia de “sociedade aberta” era originalmente compatível com a autodeterminação de uma sociedade livre que cultivava essa abertura, ela agora traz à mente da maioria de nós a experiência aterrorizante de uma população heterônoma, infeliz e vulnerável, confrontada e possivelmente sobrepujada por forças que não controla nem entende totalmente; uma população horrorizada por sua própria vulnerabilidade [...]”. (BAUMAN, 2007, p. 13, grifo do autor).

busca pela felicidade. A ideia que permeia a obra de Smith, é a de que os indivíduos vão naturalmente e inevitavelmente lutar para terem uma vida melhor, para maximizar sua própria satisfação e felicidade (SMITH, 2000). Não significava que as pessoas eram egoístas, mas sim, que tinham um propósito, que era melhorar de vida. Assim, tinha-se que uma boa sociedade era aquela que permitia os seus cidadãos a melhorarem de vida. Percebe-se, portanto, por meio das ideias de Smith, que Sen se baseia em tais pressupostos para elaborar sua tese do “desenvolvimento como liberdade”, indo além do postulado de Smith, ao explicar o que é uma sociedade boa e o que esta deve garantir para permitir o desenvolvimento dos seres humanos.

Sen resgata a relação entre ética e economia, trabalha com as raízes de questões acerca da crítica à globalização, aplicando a perspectiva de uma nova disciplina que ele denomina de “ética do desenvolvimento” (SEN; KLIKSBERG, 2010).

Para Sen, a condição de agente das pessoas é central para combater as privações de liberdade, todavia, para tanto, também são necessárias oportunidades sociais, políticas e econômicas. Assim, no que tange ao grau e alcance da liberdade individual, tem-se que estes são determinados pela condição de agente individual e também pelas disposições sociais, de forma complementar (SEN, 2010a), e que “a condição de agente livre e sustentável emerge como um motor fundamental do desenvolvimento” (SEN, 2010a, p. 18).

Na visão de Sen (1999a) respeitar a condição de agente de cada ser humano significa ir além do bem-estar da pessoa, alcançando as suas valorações, comprometimentos, etc., entretanto a necessidade de avaliar essas valorações não é excluída pela mera aceitação dessa adequação.

O termo “agente” é empregado por Sen no sentido de alguém que “age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (2010a, p. 34). O estudo de Sen analisa questão do papel da condição de agente do indivíduo enquanto “membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas” (2010a, p. 34).

Sen, em “Sobre Ética e Economia” (1999a) ensina que:

Podemos ver a pessoa em termos de sua condição de agente [agency], reconhecendo e respeitando sua capacidade para estabelecer objetivos, comprometimentos [commitments], valores, etc., e também podemos ver essa pessoa em termos de bem-estar [well-being], o que igualmente requer atenção (SEN, 1999a, p. 57, grifo do autor).

Assim, como já explicado, para o filósofo, a condição de agente de uma pessoa pode orientar-se para considerações que não são abrangidas [ou totalmente abrangidas] por seu próprio bem-estar.

Fazendo um diálogo com LATOUCHE (2009), em sua obra “O pequeno tratado do decrescimento sereno”, é possível afirmar que o estado da questão atual faz com que seja necessária uma revolução cultural. O projeto do decrescimento é uma utopia, ou seja, uma fonte de esperança e de sonho. Assim como Sen, LATOUCHE traz a ideia de um projeto político, portanto.

É preciso “considerar a liberdade individual um comprometimento social” (SEN, 2010a, p. 10), para que seja possível enfrentar os problemas da fome, da pobreza, das violações de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas. A liberdade se relaciona diretamente com o tema do desenvolvimento.

O desenvolvimento tem como fim e ao mesmo tempo como principal meio a expansão da liberdade, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2010a, p. 10).

Nesse sentido:

A importância intrínseca da liberdade humana, em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos (SEN, 2010a, p. 11).

Na dimensão do desenvolvimento para LATOUCHE (2009) é possível mencionar círculo virtuoso do decrescimento sereno, que envolve a presença de oito “R”, quais sejam: reavaliar; reconceituar; reestruturar; redistribuir; realocar; reduzir e reutilizar/reciclar.

O desenvolvimento pode ser conceituado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010a, p. 16), e a liberdade “é o que o desenvolvimento promove” (SEN, 2010a, p. 16). Sendo então a liberdade promovida pelo desenvolvimento, verifica-se a importância de focar-se nesse propósito. Para haver o desenvolvimento, é preciso remover todas as principais formas de privação de liberdade, como a tirania, a pobreza, a falta de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos, entre outras formas, vez que o mundo atual nega liberdades

elementares a uma série de pessoas, a uma grande parte (SEN, 2010a). Vale explicar ainda um pouco mais acerca das causas da ausência de liberdades:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a **pobreza econômica**, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos a privação de liberdade vincula-se estreitamente à **carência de serviços públicos e assistência social**, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma **negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários** e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2010a, p. 17, grifo nosso).

Então, a privação de liberdades pode ser causada pela pobreza econômica, pela carência de serviços públicos e assistência social e pela negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários (SEN, 2010a).

Amartya Sen (2010a) no que concerne à promoção da capacidade geral de uma pessoa, estuda cinco tipos de liberdade, analisando-as sob uma perspectiva instrumental: (1) liberdades políticas [na forma de liberdade de expressão e eleições livres], que ajudam a promover a segurança econômica; (2) facilidades econômicas [na forma de oportunidades de participação na produção e no comércio] que podem auxiliar na realização da abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais; (3) oportunidades sociais [na forma de serviços de educação e saúde] facilitam a participação econômica; (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora (SEN, 2010a). Na perspectiva do “desenvolvimento como liberdade”, “as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral” (SEN, 2010a, p. 25).

E Sen vai concluir que “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2010a, p. 25).

Nesse sentido:

Pela antiquada distinção entre “paciente” e “agente”, essa concepção da economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente. **Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.**

Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da impaciência construtiva (SEN, 2010a, p. 25-26, grifo nosso).

Nesse extrato, o economista indiano defende que, havendo oportunidades sociais suficientes e adequadas, cabe ao indivíduo buscar seu próprio desenvolvimento, seu destino, e auxiliar um ao outro. Observa-se uma perspectiva liberal, da busca individual pelo desenvolvimento, pela felicidade, pela emergência pessoal. Um desenvolvimento da liberdade pessoal do indivíduo como meio para se alcançar o progresso da sociedade.

Vale ressaltar a ideia de LATOUCHE, ao fazer um paralelo sobre o tema das oportunidades (2009), que projeto de decrescimento local compreende duas facetas interdependentes: a inovação política e a autonomia econômica; inventar a democracia ecológica local; recuperar a autonomia econômica local.

A redução drástica do tempo de trabalho constitui uma primeira proteção contra a flexibilidade e a precariedade, o decrescimento implica redução quantitativa e transformação qualitativa do trabalho.

Numa sociedade de decrescimento é preciso conciliar política ecológica e política social e para isso necessita-se da diminuição sensível do tempo de trabalho obrigatório; em como desenvolver novos setores produtivos, baseado em energias renováveis. Passa-se, então, à dimensão dos direitos humanos, que interliga a discussão sobre a democracia, o desenvolvimento e o decrescimento sereno.

### **3 A Democracia e as Liberdades na afirmação dos Direitos Humanos**

Um pronunciamento dos Direitos Humanos inclui a assertiva da importância entre as liberdades [freedoms] correspondentes - as liberdades que são identificadas e privilegiadas na formulação dos direitos em comento - e que são motivadas por esta importância. A abordagem da discussão pública e aberta, que é central para a compreensão dos Direitos Humanos pode estabelecer algumas disputas sobre a sua cobertura e o seu conteúdo. Na aplicação prática dos Direitos Humanos, e tais debates são comuns e inteiramente consuetudinários, particularmente entre os ativistas de Direitos Humanos.

O que se está arguindo aqui é a possibilidade de tais debates [sem perder o reconhecimento da importância dos Direitos Humanos] não serem apenas uma característica do que pode ser chamado de prática dos Direitos Humanos, que é na verdade parte da disciplina geral dos Direitos Humanos.

A democracia, as liberdades e os Direitos Humanos estão intimamente ligados ao contexto da globalização.

Sen (2002) defende que a globalização é um processo histórico que tem oferecido uma abundância de oportunidades e recompensas no passado e continua a fazê-lo hoje. A própria existência de benefícios potencialmente grandes torna a questão da equidade na repartição dos benefícios da globalização tão criticamente importantes. A questão central não é a própria globalização, nem é o uso do mercado como uma instituição, mas a desigualdade no equilíbrio global de arranjos institucionais - que produz muito partilha desigual dos benefícios da globalização.

A globalização é vista comumente como uma “ocidentalização globalizada” (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 17), aqueles que a defendem afirmam que se trata de uma grande contribuição da civilização ocidental para o mundo. Aqueles de ponto de vista oposto posicionam-se no sentido de que a globalização é maléfica, e se trata de uma continuação do imperialismo ocidental. Afirmam ainda que o capitalismo contemporâneo, liderado por ambiciosos países ocidentais da Europa e da América do Norte, tem instituído regras de comércio exterior e relações de negócios que não atendem aos interesses das populações mais pobres do mundo.

Afirma Sen que “o louvor a diversas identidades não ocidentais – definidas por religião (como o islamismo fundamentalista), região (como os valores asiáticos) ou cultura (como a glorificação da ética do confucionismo)” – pode agravar os confrontos entre Oriente e Ocidente (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 18).

Para Sen o fenômeno da globalização não é uma maldição, bem como não é novo, nem começou liderado pelo Ocidente. Consiste em um fenômeno que permitiu o enriquecimento científico e tecnológico e que por milhares de anos tem contribuído para o progresso do mundo por meio da viagem, do comércio, da migração, da difusão de influências culturais e da disseminação do conhecimento e do saber. Os agentes da globalização não são exclusivamente nem europeus nem ocidentais, nem exclusivamente ligados à dominação ocidental.

Nesse sentido:



Rejeitar a globalização da ciência e da tecnologia porque ela representa a influência e o imperialismo ocidentais não apenas significa negligenciar as contribuições globais – vindas de várias partes do mundo – que estão solidariamente por trás de toda a ciência e tecnologia chamadas ocidentais, mas também é uma decisão bastante tola do ponto de vista prático, dada a extensão de quanto o mundo inteiro pode se beneficiar com o processo (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 19).

Acrescenta Sen que o ponto chave para o debate sobre esse tema não é comparar o antes e o depois da globalização para verificar se essa causa, ou não, mais desigualdade e pobreza. Mas sim, analisar como distribuir de maneira mais equitativa os benefícios da globalização.

Nesse sentido:

Não é suficiente compreender que os pobres do mundo precisam da globalização tanto quanto os ricos; também é importante garantir que eles de fato consigam aquilo de que necessitam. Isso pode exigir reforma institucional extensiva, mesmo quando se defende a globalização (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 24)

E importante lição que Sen traz, ao afirmar que “o ponto central não é se um sistema em particular é melhor para todos do que nenhum sistema seria, mas se ele resulta numa divisão justa dos benefícios” (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 25). Ainda, para Sen a economia de mercado é positiva, mas é importante criar condições diferentes das atuais, de modo a ajudar que se gerem resultados mais equitativos. Quanto à exclusão, Sen distingue entre esta e a inclusão desigual, demonstrando que ambas são relevantes. Critica que atualmente se enfatiza mais a redução da inclusão desigual, sem dar importância à primeira (SEN; KLIKSBERG, 2010).

O capitalismo global está muito mais preocupado em difundir o domínio das relações de mercado do que, por exemplo, em estabelecer a democracia, expandir a educação elementar, ou incrementar as oportunidades sociais para os pobres do mundo (SEN; KLIKSBERG, 2010).

A democracia se relaciona com outro problema cultural, que é “o poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais para solapar modos de vida e costumes sociais tradicionais” (SEN, 2010a, p. 308), ameaça grave ao valor da tradição e dos costumes culturais nativos.

O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos antigos governantes do mundo tenha declinado, o domínio ocidental permanece tão forte como antes – sob alguns aspectos, mais forte do que nunca, especialmente nos aspectos culturais. O sol nunca se põe no império da Coca-cola e da MTV (SEN, 2010a, p. 308).

É difícil, e quase impossível, de escapar da ameaça às culturas nativas no atual mundo globalizante.

A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva (SEN, 2010a, p. 308).

E, no âmbito das discriminações econômicas, a resposta apropriada precisa reunir esforços conjuntos para fazer com que a forma da globalização se torne menos destrutiva para o emprego e o modo de vida tradicional e para gerar uma transição gradual. Para tanto, é preciso que haja oportunidades para um novo preparo profissional, oportunidades de qualificação das pessoas ao novo mercado de trabalho e a criação de redes de segurança social para aqueles que forem prejudicados pelas bruscas mudanças. Assim, com essas providências, seria possível suavizar o processo de transição causado pela globalização (SEN, 2010a).

Entretanto, afirma Sen (2010a), que ainda permaneceriam dois problemas. O primeiro de natureza econômica, e o segundo, mais preocupante, de natureza cultural.

O primeiro problema consiste no fato de que o mundo da comunicação e do intercâmbio modernos requer educação e qualificação profissional básicas, e que nesse aspecto, alguns países alcançaram um progresso muito grande, todavia, outros estagnaram. De tal modo, a equidade de oportunidades culturais e econômicas consiste em um desafio conjunto para o mundo econômico e o mundo cultural, e têm uma grande importância no mundo globalizado.

O segundo problema seria no fato de que, com a globalização, pode ocorrer a perda de tradições, e, conseqüentemente a extinção de antigos modos de vida.

Nesse sentido:

É um pouco como a extinção de espécies de animais mais antigas. A eliminação de velhas espécies em favor de espécies “mais aptas” com condições “melhores” para sobreviver e multiplicar-se pode ser lamentada, e o fato de as novas espécies serem “melhores” no sistema de comparação darwiniano não necessariamente será visto como suficientemente consolador (SEN, 2010a, p. 310).

Essa é uma questão que cabe à sociedade decidir: se deseja preservar os modos de vida antigos, ainda que a um custo econômico significativo, e o que deseja fazer para preservá-los.

Como já explicitado, as liberdades políticas e as liberdades formais são vantagens permissivas, cuja eficácia dependem do modo como são exercidas. A

democracia tem sido importante na prevenção de calamidades, vez que ela é “criadora de um conjunto de oportunidades, e o uso dessas oportunidades requer uma análise diferente, que aborde a **prática** da democracia e dos direitos políticos” (SEN, 2010, p. 204, grifo do autor).

Para o processo de desenvolvimento, é essencial o fortalecimento do sistema democrático. A importância da democracia, para Sen (2010), reside em três diferentes virtudes: “(1) sua **importância intrínseca**; (2) suas **contribuições instrumentais** e (3) seu **papel construtivo** na criação de valores e normas” (SEN, 2010, p. 207, grifo do autor). Assim, para avaliar a forma de governo democrática é preciso considerar cada uma dessas virtudes (SEN, 2010).

Todavia, as instituições democráticas não podem ser analisadas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento, vez que “seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis” (SEN, 2010, p. 208).

Discussões e debates públicos, permitidos pelas liberdades políticas e os direitos civis, também podem desempenhar um papel fundamental na formação de valores. [...] Não só a força da discussão pública é um dos correlatos da democracia, com um grande alcance, como também seu cultivo pode fazer com que a própria democracia funcione melhor (SEN, 2010, p. 208).

Assim como é importante salientar a necessidade da democracia, também é crucial salvaguardar as condições e circunstâncias que garantem a amplitude e o alcance do processo democrático. Por mais valiosa que a democracia seja como uma fonte fundamental de oportunidade social (reconhecimento que pode requerer uma defesa vigorosa), existe ainda a necessidade de examinar **os caminhos e os meios para fazê-la funcionar bem, para realizar seus potenciais** (SEN, 2010, p. 208-209, grifo nosso).

A realização da justiça social depende não só de formas institucionais (incluindo regras e regulamentações democráticas), mas também da prática efetiva (SEN, 2010, p. 209).

Assim, tem-se que para que a Justiça social se realize, é preciso que haja um regramento democrático, mas também a sua prática efetiva.

Importante ressaltar nossa opinião de que diferentes segmentos da sociedade [e não apenas os socialmente privilegiados] deveriam poder ser ativos nas decisões sobre o que preservar e o que consentir que desapareça. Não há a obrigação de conservar todo estilo de vida ultrapassado mesmo a um custo muito alto, mas há a real necessidade – para a justiça social – de que as pessoas possam ser responsáveis pelas decisões sociais

se assim o quiserem. E é no exercício dessas decisões sociais que estão envolvidos os Direitos humanos em seu sentido mais amplo.

Na verdade, não se pode reverter a situação econômica dos pobres em todo o mundo por meio da retenção das grandes vantagens da tecnologia contemporânea, da eficiência do bem estabelecido de comércio internacional e de câmbio, e dos méritos sociais e econômicos da vida em uma sociedade aberta (SEN, 2002). Em vez disso, a questão principal é como fazer bom uso dos benefícios notáveis das relações econômicas e do progresso tecnológico de uma forma que forneça a adequada atenção aos interesses dos carentes e dos oprimidos.

### **Considerações finais**

O decrescimento é obrigatoriamente um decrescimento da acumulação, do capitalismo, da exploração e da predação, é forçosamente contra o capitalismo. E nesse ponto, pode-se dizer que a ideia de Latouche irá se contrapor à de Amartya Sen, vez que este último, muito embora defenda a divisão equânime das riquezas, não defende a extirpação do capitalismo. O decrescimento pode ser considerado, portanto, um ecossocialismo.

O combate do decrescimento sereno se situa contra a globalização e o liberalismo econômico, mas institucionalizar o programa do decrescimento é prematuro, pode consistir em uma armadilha política, na visão de Latouche. Para ele, é mais importante influir no debate, modificar as posições de uns e de outros, contribuir para evoluir as mentalidades.

Diante do exposto, os temas discutidos no presente trabalho se relacionam, dialogam. E é importante, por fim, concluir que estando ou não vivendo o decrescimento sereno, é preciso que a democracia na forma de raciocínio público funcione e opere eficazmente. Neste sentido, os defeitos da democracia exigem mais democracia, não menos, seguindo, portanto a ideia de Amartya Sen. A alternativa - tentar curar os defeitos da prática democrática por meio do autoritarismo e da supressão da razão pública - aumenta a vulnerabilidade de um país aos desastres esporádicos [incluindo, em muitos casos, a fome], e também à perda de direitos anteriormente conquistados, devido à ausência de manifestação e de vigilância pública.

### **Referências**

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

\_\_\_\_\_. How to judge globalism. **The American Prospect**, v. 13, n. 01, jan. 2002.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**. New York: The modern library, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Moral Sentiments**. Indianapolis: Liberty Fund, 1984.

The Commonwealth, 2014. Disponível em: <<http://thecommonwealth.org/about-us>>. Acesso em 14 abr. 2014.

